

The background is a solid dark purple color. It features several abstract, hand-drawn geometric patterns in a lighter purple shade. At the top, there are two large triangles, each containing a smaller triangle inside it. To the left of the center, there is a square-like shape with a smaller square inside. To the right of the center, there are several vertical, slightly wavy lines. At the bottom, there is a large, semi-circular shape composed of many small, radiating lines, resembling a sunburst or a fan. The overall style is minimalist and modern.

CAPÍTULO 7

CAPÍTULO 7

– A BIBLIOTECA DIGITAL DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Fernando de Jesus Pereira²⁶

Elton Mártires Pinto²⁷

Maria Aniolly Queiroz Maia²⁸

7.1 – INTRODUÇÃO

Na década de 1990, discutiu-se intensamente sobre a chamada “biblioteca do futuro”. A partir de uma revisão analítica, Drabenstott e Burman (1997) apresentaram uma visão envolvente e amplamente compartilhada desse novo cenário informacional: uma biblioteca onipresente e digital, de custo acessível, capaz de

²⁶ Mestrando em Ciência da Informação na UnB; Bacharel em Biblioteconomia pela UnB; Email: fernandodejpereira@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5587-4619>.

²⁷ Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela UnB; Doutor em Transformação digital e design colaborativo pelo Conservatoire des arts et métiers; Bacharel em Biblioteconomia pela UnB; Pesquisador da Cotec/Ibict; Email: eltonpinto@ibict.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1348-4185>.

²⁸ Doutora em Gestão e Organização do Conhecimento pela UFMG; Mestra em Design pela UFRN; Bacharela em Biblioteconomia pela UFRN; Email: mariaamaia@ibict.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4485-1774>.

reunir todos os tipos de mídia e disponibilizá-los a qualquer pessoa, por meio do computador, da televisão ou de outras tecnologias comuns e universais

Esta “biblioteca do futuro” ganhou e foi-lhe atribuída expressões, termos e conceitos, dentre eles, têm-se biblioteca aberta, biblioteca digital, biblioteca eletrônica, biblioteca sem paredes, biblioteca virtual, biblioteca cibernética e máquina eletrônica (Cunha, 1997; Drabenstott; Burman, 1997; Faba Pérez; Moya Anegón, 1999).

Em vista da novidade sobre o tema, fontes de informação se tornaram úteis para ampliação e conhecimento sobre o assunto, podendo citar o trabalho de Cunha (1997), que apresenta uma bibliografia internacional anotada das principais fontes de informação relacionadas com bibliotecas digitais, separando nos tópicos de: visionários, conceituação, projetos em andamento, construção da biblioteca digital e fontes de informação.

Contudo, para este capítulo, ressalta-se no trabalho de Cunha (1997), o tópico referente a construção da biblioteca digital, pois enfatiza a conversão de dados e escaneamento, a marcação de textos, o desenvolvimento de coleções, a catalogação, a classificação, a indexação, os metadados, as referências, a recuperação da informação, os direitos autorais e a preservação da informação digital.

Em anos seguintes, Cunha (1999) discorre sobre os desafios na construção de uma biblioteca digital. Na introdução, o autor aborda que a biblioteca, como instituição social, com uma longa e complexa história pouco conhecida pela maioria das pessoas, tiveram algumas tecnologias sendo aplicadas dentro de uma biblioteca e, apesar das dificuldades financeiras, as novas tecnologias foram incorpo-

radas às suas atividades, provocando mudanças internas e na maneira de prover produtos e serviços.

Deste modo, vale-se informar o conceito de biblioteca digital, estabelecido no *Workshop on Distributed Knowledge Work Environments*, de 1997 (Gross, 1998 *apud* Faba Pérez; Moya Anegón, 1999, p. 65, tradução nossa), sendo

O conceito de biblioteca digital não se refere apenas a uma coleção digital de ferramentas de gestão da informação. Trata-se, sim, de um conjunto de acervos, serviços e pessoas que participam de todo o ciclo de vida de criação, disseminação, uso e preservação de dados, informação e conhecimento.

E Sayão (2008, p. 17) apresenta uma definição operacional de biblioteca digital dada pela Digital Library Federation, em que Bibliotecas digitais são organizações que disponibilizam os recursos, incluindo pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e assegurar a persistência ao longo do tempo de coleções de trabalhos digitais, de forma que eles estejam prontamente e economicamente disponíveis para uso de uma comunidade definida ou um conjunto de comunidades.

Contudo, no ano de 2021, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) apresenta a Resolução CFB nº 240 que dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas digitais, considerado pela resolução que bibliotecas digitais são “coleções de recursos bibliográficos e informacionais disponíveis para acesso local ou remoto em qualquer mecanismo por meio eletrônico, destinada à consulta, à pesquisa e ao estudo” (CFB, 2021, p. 195), incluindo como coleções digitais os bancos e bases de dados contendo informações

nato digitais ou digitalizados, os repositórios digitais, bancos de livros digitais, hemerotecas digitais entre outros.

No âmbito da biblioteca digital, alguns assuntos são de interesse de investigação, tais quais: interoperabilidade, descrição dos objetos e arquivos documentais, gestão e organização de coleções, interface de usuário, interação homem-máquina e aspectos legais, sociais e econômicos (Faba Pérez; Moya Anegón, 1999, p. 66). Dito isso, tais assuntos se mantêm em discussão quando se há o desejo e necessidade de implementar uma biblioteca digital em uma instituição.

No Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), houve reuniões com a equipe que demonstraram interesse de implementar uma biblioteca digital devido duas necessidades, uma delas voltadas às publicações editadas pelo Iphan e a outra em disseminar as dissertações elaboradas pelo Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, ofertado pelo Centro Lucio Costa, unidade especial do Iphan.

Sendo assim, a implementação da Biblioteca Digital do Iphan é fruto de um projeto de pesquisa via Termo de Execução Descentralizada, entre o Iphan e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), o qual possuiu 3 (três) metas: 1 - levantamento do contexto da pesquisa; 2 - criação de modelo de Biblioteca Digital para o Iphan, e; 3 - disseminar os resultados da pesquisa.

Referente à primeira meta, tratou-se do levantamento de informações sobre a produção de memória técnica do Iphan, considerando os processos geradores de memória técnica e a tipologia documental. Considera-se memória técnica “[...]”

um conjunto documental que sistematiza os conhecimentos práticos e especializados produzidos em âmbito de projetos, processos e atividades técnicas” (Ibict, [2025?]). Em outro âmbito, a noção de memória técnica visa

[...] estabelecer uma cadeia de comunicação interna ao corpo técnico envolvido com os projetos, assim como buscar legitimar tais projetos para o conjunto da sociedade [...] é vista correntemente como uma ferramenta de disseminação de informações geradas a partir de experiências de processos técnicos passados [...] visando a transferência de tecnologias, à resolução de problemas técnicas e à produção de maior previsibilidade (Acselrad, 2019, p. 390).

Na primeira meta, houve a análise de documentos referentes ao Iphan, tais como: o Decreto nº 11.178/2022 que aprova a Estrutura Regimental do Iphan; a Portaria Iphan nº 63/2022 que aprova o Regimento Interno do Instituto; a Portaria nº 23/2021 que aprova o Planejamento Estratégico Institucional de 2021-2024; Portaria GAB-Iphan/Iphan nº 49/2021 que aprova a Cadeia de Valor, como também uma amostra da massa documental compartilhada pela equipe do Iphan, resultando no *Relatório de Acompanhamento da Meta 1: Levantamento do Contexto da Pesquisa* (Pereira; Shintaku, 2023).

Já na segunda meta, correspondendo à criação de modelo de Biblioteca Digital para o Iphan, resultou na instalação e customização inicial da Biblioteca Digital, a proposta de estrutura informacional, as políticas e a capacitação. Deste modo, o presente capítulo objetiva apresentar a Biblioteca Digital do Iphan, lançada em 7 de agosto de 2025 (Iphan, 2025).

7.2 – SOBRE A BIBLIOTECA DIGITAL DO Iphan

Na implementação de uma Biblioteca Digital, considera-se o planejamento para a sua criação, pensando e visando os custos, a equipe e as competências necessárias, os principais atores, os interesses e os papéis, a definição e o planejamento dos serviços e necessidades da comunidade, como indica Leite (2009). Em questão da implementação, Leite (2009) informa sobre a escolha do software, os metadados, as diretrizes e procedimentos para criação de comunidades/coleções, fluxo de submissão e pós-submissão, e, por fim, as políticas de funcionamento e a condução de projeto piloto.

Referente a Biblioteca Digital do Iphan²⁹, adotou-se o DSpace como software para a implementação da biblioteca digital, havendo o interesse de analisar os novos recursos advindos na versão 7, pois dentre as mudanças da versão, modificou-se a interface do usuário, dita como mais moderna e intuitiva, desenvolvida com Angular, o *Application Programming Interface (API) Representational State Transfer (REST)* que foi aprimorada usando melhores práticas e modernas, alinhamento com as principais recomendações do *Confederation of Open Access Repositories (COAR)* entre outras funções (Pinto *et al.*, 2023).

Dito isso, a Biblioteca Digital do Iphan é implementada com o DSpace 7, mais especificamente a versão 7.6.1, com o desejo e necessidade de compartilhar as obras editadas pelo Instituto, como também as dissertações do Mestrado Profissional, em um ambiente adequado para o armazenamento, a descrição e a recuperação da informação. Vale informar que o DSpace é um software livre com

²⁹ Disponível em: <https://bibliotecadigital.lphan.gov.br/home>. Acesso em: 9 set. 2025.

o código aberto, distribuído atualmente pela Lyrasis, podendo ser customizado, que visa a organização, gestão e preservação de arquivos digitais (Donohue, 2025).

Em relação ao planejamento da biblioteca digital, sustenta-se no propósito do Iphan, cuja missão é “[...] promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, contribuindo para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural” (Iphan, 2023, p. 31). Alinhada à missão do Iphan, a Biblioteca Digital do Iphan tem como missão, visão, objetivo e valores, os seguintes enunciados:

■ **Missão:** Difundir a informação e o conhecimento sobre patrimônio cultural, sobretudo o patrimônio cultural brasileiro;

■ **Visão:** Torna-se uma fonte de informação de referência e relevância sobre o patrimônio cultural brasileiro;

■ **Objetivo:** Reunir, organizar e disponibilizar objetos digitais sobre patrimônio cultural brasileiro;

■ **Valores:**

- Promover o acesso a informação sobre patrimônio cultural;
- Difundir o conhecimento sobre patrimônio cultural;
- Contribuir para a valorização do patrimônio cultural, e;
- Aumentar a transparência do Iphan.

Além do plano estratégico da Biblioteca Digital do Iphan, considera-se o potencial público a quem servirá e o seu acervo. Contudo, Cunha (1999, p. 258) lista algumas características e benefícios da biblioteca digital, sendo eles:

- a.** acesso remoto pelo usuário, por meio de um computador conectado a uma rede;
- b.** utilização simultânea do mesmo documento por duas ou mais pessoas;
- c.** inclusão de produtos e serviços de uma biblioteca ou centro de informação;
- d.** existência de coleções de documentos correntes onde se pode acessar não somente a referência bibliográfica, mas também o seu texto completo. O percentual de documentos retrospectivos tenderá a aumentar à medida que novos textos forem sendo digitalizados pelos diversos projetos em andamento;
- e.** provisão de acesso em linha a outras fontes externas de informação (bibliotecas, museus, bancos de dados, instituições públicas e privadas);
- f.** utilização de maneira que a biblioteca local não necessite ser proprietária do documento solicitado pelo usuário;
- g.** utilização de diversos suportes de registro da informação tais como texto, som, imagem e números;

- h. existência de unidade de gerenciamento do conhecimento, que inclui sistema inteligente ou especialista para ajudar na recuperação de informação mais relevante.

Deste modo, o público alvo nas bibliotecas digitais ultrapassam as barreiras físicas. Mas, considerando que a Biblioteca Digital do Iphan é uma biblioteca digital institucional e especializada na temática de patrimônio cultural, o público-alvo corresponde ao seguinte enunciado:

■ **Público-alvo:** qualquer pessoa, com acesso à internet, que deseje e busque explorar a temática do patrimônio cultural brasileiro.

A partir disso, vale-se descrever as especificidades do acervo.

7.3 - O ACERVO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO Iphan

O acervo da Biblioteca Digital do Iphan é predominantemente digital, mas podendo ser documentos nato-digitais, “que são documentos produzidos originalmente em formato digital” (Brasil, 2020, art. 2), ou digitalizados, que são documentos que passaram pela digitalização que é “processo de conversão de um documento para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um scanner” (Arquivo Nacional, 2005, p. 69), sendo composto por:

- Obras editadas, publicadas e/ou distribuídas pelo Iphan;
- Recursos bibliográficos e informacionais, cuja temática se enquadre em patrimônio cultural ou patrimônio cultural brasileiro;
- Documentos administrativos e normativos, gerados para as atividades do Iphan;
- Documentos referentes à temática de patrimônio cultural.

Sobre os recursos bibliográficos e informacionais, propôs-se a inclusão dos materiais:

- Produzidos no âmbito do Iphan;
- Possuem indicação de *copyright* do Iphan;
- Obras com indicação de reprodução e/ou distribuição livre, e;
- Obras cujos autores autorizaram³⁰ a disponibilização não exclusiva ao Iphan.

Outra característica do acervo, trata-se da língua dos recursos bibliográficos e informacionais, pois a maioria está em língua portuguesa, mas existem materiais bilíngues e, também, poderão ser incluídos acordos internacionais, materiais sobre patrimônios mundiais ou da humanidade, diretrizes internacionais e outros.

Referente a espécie, tipo e formato documental, vale-se informar que o formato diz respeito ao “conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura da informação e conteúdo de um documento” (Arqui-

³⁰ A autorização da disponibilização não exclusiva ao Iphan, dá-se a partir da assinatura do Modelo do Termo de Transferência, indicado na Política de Direitos Autorais da Biblioteca Digital do Iphan. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/779>. Acesso em: 10 set. 2025.

vo Nacional, 2005, p. 94), enquanto espécie documental é a “divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por suas características comuns de estruturação da informação” (Arquivo Nacional, 2005, p. 85). Desta forma, no levantamento da memória técnica do Iphan, construiu-se o Quadro 1 que indica as espécies de documentos reconhecidos no acervo do Instituto e sua definição.

Quadro 7.1 - Espécie de documentos do acervo da Biblioteca Digital do Iphan e sua definição

| FORMATO OU ESPÉCIE DOCUMENTAL | DEFINIÇÃO |
|-------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acordo | Documento, relativo a um ajuste formal, pacto ou convenção entre pessoas ou instituições (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 5). |
| Anais | Tipo de publicação periódica, que relata eventos acontecidos durante o ano, transações de uma organização, especialmente das áreas científicas e tecnológicas, ou o progresso em áreas especializadas do conhecimento (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 13). |
| Apresentação/Slide | Programa de apresentação que pode exibir uma série de gráficos e diagramas, um após o outro, como se fossem diapositivos (slides) num projetor apropriado (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 20). |
| Ata de reunião | Documento que contém a narração, por escrito, do que aconteceu em uma sessão ou em reuniões de sociedades, instituições, congressos e similares (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 36). |
| Áudio | Voz ou música digitalizada que podem ser executadas por computador (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 38). |
| Bibliografia | Produção sistemática de listas descritivas de registros do conhecimento, principalmente livros, artigos de periódicos e capítulos de livros, bem como de itens similares (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 46) |
| Boletim | Publicação, em geral periódica, para divulgação de informações gerais ou especializadas, editada por uma associação, uma entidade administrativa ou um organismo (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 57). |
| Carta | Tipo de comunicação escrita, entre pessoas (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 68). |

| | |
|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Catálogo | Documento secundário que registra e descreve documentos (itens, reunidos permanentemente ou temporariamente); Lista ordenada dos itens existentes numa coleção pública ou particular (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 71); Instrumento de pesquisa elaborado segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou geográfico, incluindo todos os documentos pertencentes a um ou mais fundos |
| Currículo/Programa de curso | Conjunto das experiências planejadas pela escola e vivenciadas pelo aluno visando alcance de objetivos educacionais; Programa escolar (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 112). |
| Decreto | Ato emanado do poder executivo e pelo qual o chefe de Estado desenvolve a atividade administrativa (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 115). |
| Despacho | Comunicação transmitida a qualquer distância realizada por variados meios de comunicação; Expediente, resolução ou determinação (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 121). |
| Dissertação | Documento escrito, científico, técnico ou literário, apresentado a uma banca examinadora para obtenção, em geral, do grau de mestre (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 130). |
| Dossiê | Conjunto formado por documentos de proveniências diversas, reunidos artificialmente, com o objetivo de informar, e agrupados por assunto (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 136). |
| Editais | Documento administrativo (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 141). |
| Entrevista | Colóquio entre pessoas em local combinado, para obtenção de esclarecimentos, avaliações, opiniões etc. [...] coleta de declarações tomadas por jornalista(s) para divulgação através dos meios de comunicação (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 152). |
| Evento | Elemento de informação inscrito em uma sequência diacrônica; Acontecimento que se aproveita para atrair a atenção do público (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 161). |
| Fotografia | Técnica ou arte de produzir imagens visíveis pela ação da luz, que fixa essas imagens de modo direto e durável sobre uma superfície sensibilizada; foto. A fotografia é um tipo de documento icônico não-projetado (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 175). |
| Ficha de cadastro | Documento que apresenta dados e informações específicas sobre algo ou alguém, com o objetivo de cadastrar. |
| Ficha de identificação | Documento que apresenta dados e informações específicas que auxiliam na identificação e reconhecimento de alguém ou de algo. |

| | |
|-------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Folheto/Cartilha | Publicação impressa, constituída pela reunião de folhas, com mais de quatro e menos de cinquenta páginas (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 171-172); Publicação não periódica que contém no mínimo cinco e no máximo 49 páginas, excluídas as capas e que é objeto de Número Padrão Internacional de Livro (ISBN) (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2023, p. 3) |
| Formulário | Suporte de informação, planejado para o registro de dados (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 174). |
| Imagem | Representação bidimensional de um ou de vários objetos ou formas. Trata-se de um tipo de documento iconográfico; “Figura, representação, semelhança e aparência de uma coisa ou objeto” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 190). |
| Índice | Mecanismo, tipo de fonte de informação e instrumento auxiliar empregado na busca, localização e recuperação de documentos, informações ou dados numéricos; Relação, fichário ou arquivo de termos ou de indicadores que levam ao documento e à informação” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 197) |
| Inventário | Documento que relaciona e descreve, entre outros, bens patrimoniais, mercadorias, itens de arquivos; Instrumento de pesquisa que fornece a descrição, mais ou menos minuciosa, de um ou mais fundos, ou de peças que os compõem; Lista descritiva de documentos de cada série, com dados referentes a título, datas inclusivas, quantidade, arranjo, relação com outras séries e indicação do conteúdo (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 214). |
| Lei | Documento contendo regras ou normas de alcance geral. A lei é emanada do poder legislativo da nação, Estado, província ou município, e promulgada pelo dirigente do poder executivo (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 220). |
| Licitação | Concorrência feita por órgãos públicos entre fornecedores habilitados com o intuito de adquirir bens ou serviços mediante escolha da oferta de menor valor (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 224-225). |
| Livro/Livro eletrônico | Documento, formado pela reunião de folhas ou cadernos, geralmente impressos e constituindo uma unidade bibliográfica (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 231); Publicação não periódica que contém acima de 49 páginas, excluídas as capas, e que é objeto de Número Padrão Internacional de Livro (ISBN) (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2023, p. 4). |
| Nota técnica | Documento elaborado por técnicos especializados em determinado assunto, e se difere de Parecer devido a análise completa de todo o contexto, devendo conter histórico e fundamento legal (Brasil, 2024). |
| Ofício | “Comunicação escrita e formal entre autoridades da mesma categoria, ou de inferiores a superiores hierárquicos” ou “que as autoridades e secretarias em geral endereçam umas às outras, ou a particulares, e que se caracteriza não só por obedecer a determinada fórmula epistolar, mas também pelo formato do papel” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 268). |

| | |
|----------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Parecer técnico | Documento com opinião sobre questão técnica ou jurídica, expressa em resposta a uma consulta, emitida em processo por advogado ou funcionário especializado (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 276). |
| Portaria | “Ato normativo de autoridade pública, consistente na determinação de providências para o bom andamento do serviço público” (Guid, p. 138 <i>apud</i> Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 287). |
| Projeto arquitetônico/ urbanístico | Plano geral para a construção de uma obra, com cálculos, plantas, descrições e orçamento (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 298). |
| Recurso interativo | Elementos digitais que permitem a interação do usuário com o conteúdo, recursos utilizados em sites, aplicativos e plataformas digitais, como exemplos incluem quizzes, vídeos interativos, infográficos animados e jogos educativos (Digital App, 2025). |
| Relatório | Documento que registra o resultado de uma pesquisa ou estudo realizado por um indivíduo ou por um grupo; Documento que registra as atividades de uma instituição durante certo período de tempo (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 320). |
| Reportagem de jornal | Trabalho jornalístico, de cunho informativo, referente a um assunto qualquer (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 321). |
| Resolução | Documento que registra a opinião ou conclusão adotada por uma assembleia, grupo ou organização (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 323). |
| Retificação | Correção de um erro em artigo de jornal ou em qualquer outra publicação (Michaelis, 2025). |
| Tese | Documento que relata os resultados ou as conclusões de uma pesquisa científica original, submetido pelo autor, como suporte à candidatura para obtenção de título acadêmico de pós-graduação, de uma qualificação profissional ou outro título ou prêmio (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 362). |
| Trabalho apresentado em evento | Contribuição escrita, individual ou coletiva, apresentada a um congresso (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 366). |
| Vídeo | “Imagens de vídeo que funcionam em tempo real com movimento contínuo, definido por uma frequência de 30 quadros por segundo, dupla da taxa actual possível na maioria das aplicações multimídia” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 376). |

Fonte: Pereira *et al.* (2025, p. 8-11).

As espécies documentais possuem a finalidade de auxiliar na busca e identificação dos recursos na Biblioteca Digital, expressado no metadado de tipo documental [dc.type] e presente como filtro na busca do sistema. No entanto, na navegação das coleções, algumas possuem limitações da espécie, como nos casos das Dissertações do Mestrado do Iphan³¹ que possui somente as dissertações, Planos³², Relatórios³³ e Atas do Conselho Consultivo³⁴.

Em vista da ampliação do acervo, considera-se um plano de trabalho institucional que visa o povoamento da biblioteca digital, sendo que

O povoamento de um RI [repositório institucional], por sua vez, deve estar estreitamente relacionado ao princípio da acumulação e perenidade, que só é possível como o estabelecimento de uma política de informação consistente e de diretrizes e padrões claros que assegurem o povoamento ininterrupto (Costa; Pavão; Horowitz, 2014, p. 150).

Desta forma, pensa-se na formação do acervo considerando fases, sendo elas:

- 1.** Arquivamento dos recursos bibliográficos e informacionais presentes no antigo portal do Iphan, primeiramente as publicações para download³⁵ e demais materiais disponíveis no antigo portal³⁶;

³¹ Disponível em: <https://bibliotecadigital.lphan.gov.br/handle/123456789/53>. Acesso em: 10 set. 2025.

³² Disponível em: <https://bibliotecadigital.lphan.gov.br/handle/123456789/371>. Acesso em: 10 set. 2025.

³³ Disponível em: <https://bibliotecadigital.lphan.gov.br/handle/123456789/365>. Acesso em: 10 set. 2025.

³⁴ Disponível em: <https://bibliotecadigital.lphan.gov.br/handle/123456789/692>. Acesso em: 10 set. 2025.

³⁵ Disponível em: <http://portal.lphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=>. Acesso em: 10 set. 2025.

³⁶ Disponível em: <http://portal.lphan.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2025.

- 2.** Arquivamento dos recursos bibliográficos e informacionais presentes no portal Gov.br do Iphan³⁷, em virtude das notícias, publicações de conteúdo e links que possuem e/ou redirecionam para arquivos digitais;
- 3.** Digitalização e arquivamento do acervo físico, considerando as obras que o copyright são do Iphan e possuem os direitos patrimoniais, e;
- 4.** Recebimento e arquivamento dos recursos bibliográficos e informacionais de autores não vinculados ao Iphan, com atenção à indicação de acesso aberto, autorização para armazenamento, distribuição e compartilhamento, incluindo também as obras com termo de transferência não exclusiva.

Apesar desta lógica de trabalho, não necessariamente ocorrerá desta forma, visto as demandas e necessidades da equipe do Iphan. Sabe-se que existem outras ações, estratégias e formas de povoamento, tais como o estabelecimento de políticas de depósito compulsório, o autoarquivamento, o povoamento mediado e os métodos de povoamento automatizados (Sarvo *et al.*, 2016), sendo uma decisão discutida futuramente pela Rede de Bibliotecas do Iphan.

³⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/lphan/pt-br>. Acesso em: 10 set. 2025.

7.4 - ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL

Como mencionado anteriormente, a BD-Iphan foi implementada utilizando o DSpace 7, software que, de acordo com o Ibict (2023)³⁸, permite o armazenamento, gerenciamento, preservação e garante a visibilidade da produção intelectual depositada em repositórios e bibliotecas digitais. Além disso, a plataforma assegura o acesso aberto às informações, viabiliza a customização, possibilita a interação com os usuários e oferece diferentes recursos de gerenciamento.

No que diz respeito à organização, a estrutura do DSpace é composta hierarquicamente por comunidades, subcomunidades³⁹, coleções e itens, o que possibilita uma organização eficiente do acervo digital e facilita a recuperação dos conteúdos depositados.

As comunidades e subcomunidades têm a função de organizar a estrutura da biblioteca ou do repositório digital, mas não comportam diretamente os itens, essa função é atribuída às coleções. Os itens, por sua vez, são compostos por conjuntos de descrições e objetos digitais, estruturados da seguinte forma: Metadados, que correspondem ao esquema e formato dos campos de preenchimento dos registros; Dados, que são as informações inseridas nesses campos, abrangendo aspectos físicos e temáticos dos arquivos; e o Arquivo, que é o documento digital propriamente dito, anexado ao registro.

³⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/tecnologias-para-a-informacao/dspace>. Acesso em: 10 set. 2025.

³⁹ As subcomunidades não são obrigatórias na estrutura do DSpace. No entanto, para que um item seja depositado, é imprescindível que ele esteja vinculado a uma coleção, e, por sua vez, a criação de uma coleção depende da existência prévia de uma comunidade.

A título de exemplo, a BD-Iphan possui a comunidade *Publicações do Iphan*⁴⁰, que abrange a subcomunidade *Periódicos*, a qual engloba duas coleções: *Notícias do Patrimônio* e *Revista do Patrimônio*, onde estão depositadas edições dessas publicações.

Ao longo do projeto, foram elaboradas quatro propostas para a estrutura de organização informacional da BD-Iphan:

Proposta 1: Baseada nos livros do tombo, adotando como critério principal os registros históricos de bens tombados;

Proposta 2: Estruturada a partir das temáticas de atuação do Iphan, associadas à sua organização institucional;

Proposta 3: Centrada nos órgãos e unidades do Iphan, facilitando a gestão descentralizada das comunidades e coleções pelas Superintendências e Unidades Especiais, enquanto a equipe gestora da BD manteria o controle das demais estruturas;

Proposta 4: Focada exclusivamente nas temáticas de atuação do Iphan. A principal vantagem dessa proposta é a redução na quantidade de comunidades e coleções;

⁴⁰ Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/communities/ea6b849a-d642-4915-9144-b8d-c7386a1d5>. Acesso em: 10 set. 2025.

A proposta adotada para a BD-Iphan foi a de número 4, centrada nas temáticas de atuação do Instituto. A estrutura da biblioteca digital foi organizada da seguinte forma:

1. Comunidade PATRIMÔNIO MATERIAL

Coleção Patrimônio Material

2. Comunidade PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO

Coleção Patrimônio Ferroviário

3. Comunidade PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Coleção Patrimônio Arqueológico

4. Comunidade PATRIMÔNIO IMATERIAL

Coleção Patrimônio Imaterial

5. Comunidade PATRIMÔNIO MUNDIAL

Coleção Patrimônio Mundial

6. Comunidade LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Coleção Licenciamento Ambiental

7. Comunidade PUBLICAÇÕES DO Iphan

Subcomunidade Periódicos

Coleção Notícias do Patrimônio

Coleção Revista do Patrimônio

Coleção Publicações do Iphan

8. Comunidade GOVERNANÇA

Coleção Governança geral

Coleção Institucional

Coleção Ações e Programas

Coleção Planos

Coleção Relatórios

Coleção Atas do conselho consultivo

9. Comunidade FORMAÇÃO E ENSINO

Subcomunidade Produção intelectual do Mestrado do Iphan

Coleção Produção artística

Coleção Produção bibliográfica

Coleção Produção técnica

Coleção Dissertações do Mestrado do Iphan

Coleção Produtos das práticas supervisionadas do Mestrado do Iphan

Cabe ressaltar que a estrutura das bibliotecas digitais implementadas com o DSpace é editável, ou seja, novas comunidades e coleções podem ser criadas, assim como as existentes podem ser modificadas ou até mesmo excluídas. A versão apresentada acima corresponde à estrutura disponível em 10 de setembro de 2025.

Além da organização estrutural, a BD-Iphan também conta com recursos de gerenciamento para garantir a manutenção e o controle dos conteúdos disponibilizados, como permissões de acesso e fluxos de submissão. Segundo a documentação da Lyrisis DSpace (2025)⁴¹, as permissões no DSpace 7 são gerenciadas por meio de papéis e grupos de usuários, permitindo configurar o acesso às funções e conteúdos dos repositórios ou bibliotecas digitais. O quadro 2 a seguir apresenta os níveis de permissões na versão 7 adotada pelo Iphan.

Quadro 7.2 - Permissões DSpace 7

| | | |
|---------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PERMISSÕES NO NÍVEL DE CONTEÚDO | Administração de Coleções e Comunidades | Usuários com permissões de administrador podem criar, editar ou excluir coleções e comunidades dentro do repositório. |
| | Administrador de Comunidade ou Coleção | Pode adicionar e remover itens dentro de uma comunidade ou coleção. |
| | Gerenciador de Itens | Pode modificar e excluir itens, além de gerenciar metadados e submissões de conteúdo. |
| | Visualizador | Permite que o usuário veja os itens e metadados dentro de coleções ou comunidades, mas não pode editar nem excluir. |
| PERMISSÕES NO NÍVEL DE AÇÃO | Submissão de Itens | Determina quem pode enviar novos conteúdos para o repositório. |
| | Revisão de Itens | Usuários podem revisar e editar os itens antes de sua publicação final no repositório. |
| | Modificação de Metadados | Permite que o usuário edite os metadados de itens, como título, autor, descrição, etc. |
| | Exclusão de Itens | Usuários com permissões adequadas podem excluir itens ou modificar o status de visibilidade |

⁴¹ Disponível em: <https://wiki.lyrisis.org/display/DSDOC7x>. Acesso em: 11 set. 2025.

| | | |
|------------------------------------|---------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PERMISSÕES ADMINISTRATIVAS | Administrador de Sistema | Usuários com permissões administrativas de nível mais alto podem acessar e configurar as opções gerais do sistema, como autenticação, configurações de plugins, e gerenciar todos os usuários e grupos. |
| | Administrador de Repositório | Pode administrar e configurar o repositório como um todo, criando e atribuindo papéis de usuário. |
| | Administrador de Banco de Dados (DB Admin) | Acesso completo ao banco de dados do repositório para fins de manutenção e gerenciamento. |
| GRUPOS DE USUÁRIOS E PAPÉIS | Padrão | Estes papéis incluem usuários com permissões de Visualizador, Revisor, Administrador de Coleção, Administrador de Sistema, entre outros. |
| | Grupos Personalizados | Administradores podem criar grupos personalizados de usuários, cada um com um conjunto de permissões específicas. |
| PERMISSÕES DE ACESSO | Acesso Público | Permite que o item ou conteúdo seja acessado por qualquer usuário sem autenticação. |
| | Acesso Restrito | Usuários precisam de autenticação para acessar determinados itens ou conteúdos. |
| PERMISSÕES DE WORKFLOW | Submissão | Permite que usuários enviem itens ao repositório. |
| | Revisão | Permite que usuários revisem itens enviados antes da publicação. |
| | Aprovação | Permite que administradores ou gestores de coleção aprovem ou reprovem itens antes de sua publicação final. |

| | | |
|-------------------------------------|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CONTROLE DE VISIBILIDADE | Visibilidade Pública | Itens ou coleções podem ser visíveis para o público geral, sem necessidade de login. |
| | Visibilidade Restrita | Permite o controle de acesso a grupos específicos, garantindo que apenas usuários autorizados possam visualizar ou editar o conteúdo. |
| PERMISSÕES EM NÍVEIS DE AÇÃO | Itens | Permissões para realizar ações em itens, como adicionar, editar, excluir, publicar ou manter itens. |
| | Bitstreams | Permissões sobre os arquivos associados aos itens (exemplo: permitir que o usuário faça upload, edite ou remova arquivos). |

Fonte: Lyrasis DSpace (2025).

7.5 - REPRESENTAÇÃO DOS ITENS

A representação dos itens em Bibliotecas Digitais ocorre por meio de procedimentos técnicos e conceituais que possibilitam a organização, descrição, preservação e recuperação dos documentos disponíveis. Cada item armazenado é descrito utilizando metadados, que fornecem informações sobre seu conteúdo, autoria, origem, entre outros aspectos.

No caso da BD-Iphan, que utiliza o *software* DSpace para gerenciar seu acervo, adota-se o padrão de metadados *Dublin Core*. Esse padrão consiste em um conjunto de elementos desenvolvido para facilitar a descrição de recursos eletrônicos (Souza; Vendrusculo; Melo, 2000). O Dublin Core é composto por 15 elementos, que representam os dados disponibilizados em ambientes digitais, como Repositórios Institucionais e Bibliotecas Digitais. Esses elementos incluem: título,

criador, assunto, descrição, editor, contribuidor, data, tipo, formato, identificador, fonte, idioma, relação, abrangência e direitos.

No entanto, o esquema de metadados utilizado pode ser adaptado de acordo com as tipologias documentais a serem descritas nas coleções das bibliotecas digitais. No caso da BD-Iphan, foi adotado um esquema de metadados padrão para as coleções gerais, ou seja, aquelas que não exigem metadados específicos obrigatórios, permitindo assim a descrição de uma ampla variedade de tipos de documentos.

Quadro 7.3 - Esquema de metadados BD-Iphan: coleções gerais

| RÓTULO | ESQUEMA DE CODIFICAÇÃO |
|---------------------------------|------------------------------------|
| Coleção | dc.subject.collection |
| Título | dc.title |
| Outro título | dc.title.alternative |
| Autor(es) | dc.contributor.author |
| Colaborador | dc.contributor.other |
| Editora ou distribuidora | dc.publisher |
| Local | dc.location |
| Data de publicação | dc.data.issue |
| Identificador | dc.identifier.doi dc.identifier |
| Tipo documental | dc.type |
| Idioma | dc.language.iso |
| Descrição | dc.description |
| Resumo | dc.description.abstract |
| Assunto | dc.subject |
| Como referenciar | dc.identifier.citation |
| Informações adicionais | dc.description.additional |
| Item relacionado | dc.relation |
| Acesso à informação | dc.rights.access |
| Detentor dos direitos autorais | dc.rights.holder |
| Termos de uso e licença do item | dc.rights.license |
| Item em destaque | dc.itemdestaque |

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Considerando que os metadados são aplicados às coleções, foi necessário desenvolver um esquema específico para as coleções que abrigam trabalhos de Mestrado do Iphan. Esse esquema inclui campos obrigatórios, como orientador, data de defesa, entre outros, para garantir uma descrição adequada e completa desses documentos, como demonstrado no quadro 4.

Quadro 7.4 - Esquema de metadados BD-Iphan: coleção Mestrado do Iphan

| RÓTULO | ESQUEMA DE CODIFICAÇÃO |
|---------------------------|---------------------------|
| Coleção | dc.subject.collection |
| Título | dc.title |
| Outro título | dc.title.alternative |
| Autor | dc.contributor.author |
| Orientador | dc.contributor.advisor |
| Coorientador | dc.contributor.advisorco |
| Colaborador/Supervisores | dc.contributor |
| Data de defesa | dc.date.submitted |
| Data de publicação | dc.date.issue |
| Participantes da Banca | dc.contributor.role |
| Como referenciar | dc.identifier.citation |
| DOI | dc.identifier.doi |
| Idioma | dc.language.iso |
| Descrição | dc.description |
| Resumo | dc.description.abstract |
| Resumo em outra língua | dc.description.abstracten |
| Assunto | dc.subject |
| Editor | dc.publisher |
| Local | dc.location |
| Grau e área do trabalho | thesis.degree |
| Programa da pós-graduação | thesis.discipline |

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Ressalta-se, ainda, que esses esquemas de metadados foram implementados, mas estão sujeitos a mudanças e/ou ajustes, conforme as necessidades da instituição e do setor, a fim de garantir um atendimento mais eficaz e adequado.

7.6 - DIREITOS AUTORAIS

Com o objetivo de regulamentar as permissões e os direitos autorais no âmbito da BD-Iphan, foi elaborada a Política de Direitos Autorais da Biblioteca. Segundo Sousa, Pinto e Shintaku (2025, p. 6), trata-se de “um conjunto de princípios, diretrizes, atribuições e responsabilidades que visa orientar a gestão da Biblioteca”, especialmente no que se refere à regulação dos direitos autorais aplicados aos bens culturais disponibilizados nesse ambiente informacional.

A Política de Direitos Autorais da BD-Iphan foi elaborada com base em convenções internacionais e na legislação nacional vigente, consolidando-se como um instrumento que promove o equilíbrio entre o direito à informação e a proteção da produção intelectual. A Política de Direitos Autorais possui diversos objetivos, entre os quais se destacam:

- Estabelecer diretrizes para o gerenciamento dos direitos autorais na BD-Iphan;
- Viabilizar a preservação a longo prazo e acesso ao público;
- Manter o equilíbrio justo entre direitos legítimos dos criadores e detentores de direitos autorais e o interesse público;
- Possibilitar que bens digitais possam manter seu valor científico, cultural e probatório;

- Promover a legalidade do armazenamento, disponibilização e disseminação da memória técnico-científica da instituição;
- Evidenciar ao máximo o uso dos bens culturais para fins de pesquisa;
- Manter livre a circulação de bens culturais digitais;
- Fomentar uma gestão transparente da informação digital (Sousa, Pinto e Shintaku, 2025, p. 2).

A Política também estabelece categorias específicas de autores e detentores de direitos, abrangendo servidores públicos, contratados, parceiros institucionais e terceiros. Para cada obra depositada, é necessário indicar a modalidade de acesso (aberto, restrito ou embargado), conforme critérios jurídicos, contratuais e técnicos. Ademais, o autor ou detentor dos direitos deve formalizar a cessão dos direitos patrimoniais por meio de termos de transferência, garantindo a conformidade legal e a integridade do processo de depósito.

No que diz respeito às condições de acesso e uso, os usuários da BD-Iphan têm a obrigação de citar corretamente os autores e respeitar as licenças atribuídas às obras. Os autores, por sua vez, são responsáveis pelo conteúdo das obras disponibilizadas, enquanto os usuários assumem a responsabilidade por quaisquer modificações realizadas nos materiais acessados. A BD-Iphan reserva-se o direito de remover conteúdos em caso de identificação de irregularidades⁴².

⁴² Conflitos relacionados a direitos autorais ou às condições de acesso devem ser resolvidos, preferencialmente, por meios extrajudiciais, como negociação, mediação ou arbitragem. A judicialização desses casos é considerada uma medida de último recurso.

7.7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação da BD-Iphan, resultado da parceria entre o Ibict e o Iphan, marca um avanço na preservação e difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro. Alinhada com as transformações tecnológicas dos últimos anos, a BD reflete a missão institucional do Iphan de proteger e valorizar a memória nacional, ao mesmo tempo em que acompanha a evolução das bibliotecas no contexto digital.

Ao adotar o DSpace 7 como plataforma tecnológica e estabelecer uma estrutura organizada de coleções temáticas, a BD-Iphan amplia o acesso público à informação e assegura a integridade dos conteúdos, tornando-se um ponto de referência para a pesquisa e o estudo do patrimônio cultural brasileiro. A implementação de uma política clara de direitos autorais também contribui para garantir a transparência, o respeito à propriedade intelectual e a difusão responsável do conhecimento.

Com um acervo variado e de fácil acesso, a BD-Iphan conecta diferentes públicos a conteúdos que abrangem desde bens materiais e imateriais até publicações acadêmicas e institucionais. Seu objetivo é garantir que esses materiais digitais sejam disponibilizados de forma aberta, democrática e transparente.

Dessa forma, a BD-Iphan se configura como um espaço de preservação e circulação do conhecimento, contribuindo para a democratização da informação e para o fortalecimento da identidade cultural brasileira.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. A “memória técnica” das grandes barragens. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 389-408, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900020007>. Acesso em: 9 set. 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas, n. 51). ISBN: 85-7009-075-7. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 7 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029**: informação e documentação: livros e folhetos: apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.278, de março de 2020**. Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10278.htm. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Assuntos. Seus Direitos. Consumidor. Notas técnicas. **Notas técnicas**. Publicado em: 16 jul. 2014. Atualizado em: 22 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/consumidor/notas-tecnicas/notas-tecnicas>. Acesso em: 6 ago. 2025.

CERRAO, Natalia Gallo; CASTRO, Fabiano Ferreira de. Repositórios institucionais das Universidades Federais brasileiras: análise da representação da informação. **Informação & Tecnologia (ITEC)**, Marília/João Pessoa, v. 5, n. 1, jan./jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução CFB nº 240, de 30 de junho de 2021. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas digitais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 127, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/07/2021&jornal=515&pagina=195>. Acesso em: 9 set. 2025.

COSTA, Janise Silva Borges da; PAVÃO, Caterina Groposo; HOROWITZ, Zaida. Análise das ações implementadas para povoamento de repositórios institucionais no Brasil e em Portugal. **Cadernos BAD**, [s. l.], n. 2, jul./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.1195>. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/1195>. Acesso em: 10 set. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da. Biblioteca digital: bibliografia internacional anotada. **Ciência da informação**, Brasília, v. 26, n. 2, 1997. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/711>. Acesso em: 4 ago. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19651999000300003>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/829>. Acesso em: 31 jul. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 10 set. 2025.

DIGITAL APP. O que é recurso interativo. **Digital App**, [s. l.], c2025. Disponível em: <https://digital.app.br/glossario/o-que-e-recurso-interativo/>. Acesso em: 10 set. 2025.

DONOHUE, Tim. **DSpace 7.x Documentation**. Última atualização: 27 ago. 2025. Disponível em: <https://wiki.lyrasis.org/display/DSDOC7x>. Acesso em: 9 set. 2025.

DRABENSTOTT, Karen M.; BURMAN, Celeste M. Revisão analítica da biblioteca do futuro. Análise e interpretação por Neusa Dias de Macedo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, 1997. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/710>. Acesso em: 4 ago. 2025.

FABA PÉREZ, Cristina; MOYA ANEGÓN, Félix de. Bibliotecas digitales: concepto y principales proyectos. **Investigación Bibliotecológica**, [s. l.], v. 13, n. 26, ene./jun. 1999. DOI: <https://doi.org/10.22201/iibi.0187358xp.1999.26.3905>. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/3905>. Acesso em: 4 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Atuação. Pesquisa Serviços e Iniciativas. **Memória Técnica**. Brasília: Ibict, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/atuacao/pesquisa-servicos-e-iniciativas/memoria-tecnica>. Acesso em: 9 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Assuntos.

Notícias. **Iphan lança Biblioteca Digital com rico acervo sobre patrimônio**

cultural. Brasília: Iphan, 6 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/lphan/pt-br/assuntos/noticias/lphan-lanca-biblioteca-digital-com-rico-acervo-sobre-patrimonio-cultural>. Acesso em: 9 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria Iphan nº 141, de 12 de dezembro de 2023. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências. **Diário**

Oficial da União: seção 1, Brasília, n. 236, p. 31-48, 13 dez. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-lphan-n-141-de-12-de-dezembro-de-2023-530280810>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto.

Brasília: Ibict, 2009. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/estante/catalog/book/254>. Acesso em: 9 set. 2025.

MICHAELIS. Dicionário brasileiro de língua portuguesa. **Retificação**. [S. l.]: Editora Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/zakXY/retifica%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 10 set. 2025.

PEREIRA, Fernando de Jesus; SHINTAKU, Milton. **Relatório de acompanhamento da meta 1**: levantamento do contexto da pesquisa. Brasília, DF: Ibict,

2023. Disponível em: <https://labCotec.ibict.br/omp/index.php/edCotec/catalog/book/230>. Acesso em: 9 set. 2025.

PEREIRA, Fernando de Jesus *et al.* **Política de acervo e desenvolvimento de coleções da Biblioteca Digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, DF: Ibict, 2025. Disponível em: <https://bibliotecadigital.lphan.gov.br/handle/123456789/771>. Acesso em: 9 set. 2025.

PINTO, Elton Mártires *et al.* DSpace 7: migração, ajustes e containerização no TJDF. *In*: SHINTAKU, Milton; MORAES, Marcelo Hilario de (org.). **Modernização tecnológica do ecossistema de informação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. Brasília, DF: Ibict; TJDF, 2023. Cap. 3, p. 54-75. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/9786589167976>. Acesso em: 9 set. 2025.

SARVO, Denilson de Oliveira *et al.* Ineficácia do povoamento automatizado de repositórios institucionais a partir da Web of Science. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Bahia. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3812>. Acesso em: 10 set. 2025.

SAYÃO, Luis Fernando. Bibliotecas digitais e suas utopias. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 2-36, ago./set. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2661>. Acesso em: 9 set. 2025.

SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa; VENDRUSCULO, Laurimar Gonçalves; MELO, Geane Cristina. Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 93-102, jan./abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/tcW-3q4WvNBQNTqTyLK8qfFF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2025.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; PINTO, Elton Mártires; SHINTAKU, Milton.

Política de direitos autorais da Biblioteca Digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF: Ibict, 2025. 21 p. Disponível em:

<https://labCotec.ibict.br/omp/index.php/edCotec/catalog/view/411/429/2622>.

Acesso em: 10 set. 2025.

VARGAS, Brenda Cabral. Biblioteca digital: contenidos y aprendizaje. Revista

Interamericana de Bibliotecología, Medellín, v. 29, n. 2, julio-diciembre de 2006.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179014343007>. Acesso

em: 31 jul. 2025.

Como citar o capítulo: PEREIRA, Fernando de Jesus; PINTO, Elton Mártires; MAIA, Maria Aniolly Queiroz. A biblioteca digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *In*: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). **Vivências da área de documentação do Iphan.** Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Cap. 7, p. 65-148. DOI: 10.22477/9788570132472.cap7.